

# Brasil

Supermercados puxam alta na venda de cerveja em 2008 **Página B4**

Apesar da crise, cresce patrocínio ao carnaval do Nordeste **Página B3**

**SERGIO LEO**



## EUA e Brasil, sócios no continente americano

Um incipiente e calado ressentimento contra o Brasil cresce em alguns países vizinhos, especialmente na Argentina. O peso da economia e a expansão dos interesses brasileiros na região agora se somam à situação relativamente mais confortável do país na crise econômica mundial. E, também, a um fator ainda pouco notado no próprio Brasil: a consolidação de um acordo tácito com o governo dos Estados Unidos, que vem levando o Brasil a ocupar o papel de potência sub-hegemônica na América do Sul.

Acumulam-se indícios de que a administração democrata nos Estados Unidos manterá, com o governo brasileiro, o bom nível de consultas políticas estabelecido pelo governo George W. Bush com Brasília. O interesse pelo Brasil extrapola a Casa Branca: logo após o Carnaval, vem ao país o presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado dos EUA, John Kerry, o democrata derrotado por Bush nas eleições de 2004, que chegou a ser cotado para secretário de Estado de Obama.

A comissão que Kerry dirige é um dos postos-chave na política externa americana e as prioridades anunciadas por ele são, como se esperaria, o antiterrorismo e a superação da crise econômica mundial. A vinda ao Brasil é bom sinal, mostra o país no radar dos formuladores de política externa do Congresso americano. O vice de Kerry é o republicano Richard Lugar, autor de um projeto de cooperação entre Brasil e EUA em biocombustíveis e um dos maiores entusiastas do etanol no país.

Na Colômbia, foi notada a diferença de tom no telefonema quase protocolar que Obama fez ao presidente Álvaro Uribe, dias após um caloroso contato com Lula. Michele Bachelet, do Chile, também recebeu telefonema do presidente americano, numa demonstração capaz de reduzir os temores de que o novo presidente deixaria em segundo plano a América do Sul, continente que nunca visitou.

A manutenção da equipe de Bush e a decisão de segurar no Brasil o atual embaixador, Clifford Sobel, evitando que o posto fique nas mãos de um encarregado de negócios — como chegou a acontecer na gestão Bush —, também têm um lado positivo, de permitir a continuidade dos contatos e a transição suave nas relações bilaterais.

O principal interlocutor desse time de transição é o subsecretário de Estado, Thomas Shannon, diplomata experiente de bom trânsito pelos governos da região. Apesar dos atritos da Bolívia e Venezuela com o governo americano, ele sempre esteve entre as vozes moderadas do governo. Shannon seguirá no cargo até a Cúpula das Américas, em abril, e são cada vez mais fortes e generalizados em Washington os rumores de que, após o evento, será nomeado embaixador dos EUA no Brasil.

Do telefonema de Obama ao atual comando da Comissão de Relações Exteriores do Senado e o reconhecimento do Brasil como principal interlocutor do continente nos fóruns multilaterais, tudo colabora para mostrar, aos vizinhos sul-americanos que o Brasil ganhou novo status internacional e consolida uma parceria com os EUA.

Se o governo brasileiro, como dizem alguns críticos, é por convicção antiamericano, não deixou a ideologia refletir-se nas relações comerciais ou de investimento. Em 2008, os Estados Unidos foram o principal destino dos investimentos brasileiros no exterior (US\$ 4,8 bilhões de um total de US\$ 20,5 bilhões), e os principais investidores no país (dos US\$ 45 bilhões em investimento direto estrangeiro, US\$ 7 bilhões vieram dos EUA).

O Lula, beneficiado pela bolha de preços das commodities, também aumentou suas vendas aos EUA, mais que parceiros que têm acordo de livre comércio com eles, como o México. Segundo dados dos EUA, os americanos aumentaram em 22% suas compras de produtos brasileiros entre janeiro e novembro de 2008. O aumento foi de apenas 4,3% de compras do México, e 5,2% da China. Com os países centro-americanos com que têm acordo de livre comércio, o aumento foi de mediocres 3,2%.

Por tudo isso, na Argentina e na vizinhança, a paranoia sobre um possível "imperialismo" brasileiro agora se une à desconfiância de que o Brasil pode largar retórica e planos de integração sul-americana em favor da carreira solo como estrela política e econômica emergente.

O episódio ilustrativo dessa nova dimensão brasileira mais citada em Buenos Aires é o das negociações na Organização Mundial do Comércio, quando o governo argentino aferrou-se a uma obstinada posição protecionista na discussão sobre tarifas de importação para produtos industriais. Enfrentou uma forte disposição brasileira de fazer maiores concessões à Europa e aos Estados Unidos, em troca de avanços em outros setores, na negociação de liberalização comercial conhecida como Rodada Doha. Embora o governo brasileiro se dispusesse a acomodar os interesses argentinos, dentro do Mercosul, ainda há quem, no governo vizinho, reclame da "traição" do Brasil na OMC.

Não falta quem defenda, aqui, descolar o Brasil e adotar uma estratégia menos dependente das susceptibilidades dos vizinhos. Uma lista de razões é invocada para essa atitude, especialmente por uma parcela da indústria brasileira: o marasmo em que se meteu o processo de integração comercial do Mercosul, as dificuldades econômicas e o militante nacionalismo em países como Argentina e Bolívia, as resistências ao aprofundamento do livre comércio por parte dos argentinos e do Paraguai.

Para esses críticos do Mercosul e de uma liderança benevolente no continente sul-americano, a boa notícia é que o Brasil se descolou da vizinhança. Mas uma das principais razões da boa reputação do país no exterior foi, exatamente, a construção de laços de confiança e amizade na América do Sul, mesmo quando governantes inexperientes partiram para agressões injustificadas. Se não levar seu papel sub-hegemônico em consideração, o Brasil pode descobrir, surpresa, que descurar dos vizinhos representará abandonar, também, parte das credenciais que o consolidam como um dos polos no mundo multipolar do século XXI.

Sergio Leo é repórter especial em Brasília e escreve às segundas-feiras. E-mail: sergioleo@valor.com.br



TST tem questionado acordos como o aprovado na semana passada pelos metalúrgicos da Valeo Sistemas Automotivos, que flexibiliza jornada e salários

## Decisões do TST podem dificultar acordos entre empresas e sindicatos

**Juliano Basile**  
De Brasília

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) tem determinado às empresas revisões constantes em acordos assinados com os trabalhadores e, agora, essas decisões podem significar um forte empelão às negociações para manter os empregos em diversos setores da economia atingidos pela crise financeira internacional, como o automotivo, o siderúrgico e a metalúrgico.

As decisões recentes do TST representam uma mudança em orientações tradicionais do tribunal e ocorreram a partir da nomeação pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva de oito ministros para a corte, em 2007. Os novos ministros possuem postura majoritariamente contrária à flexibilização dos direitos dos trabalhadores. Desde aquele ano, o TST passou a intervir em diversas negociações em torno da redução de salários e de jornada de trabalho e, na maioria das vezes, mantém os benefícios dados aos trabalhadores e retiram os ganhos que seriam obtidos pelas empresas nos acordos.

No setor de transportes, por exemplo, era comum acordos para liberar trabalhadores uma hora antes do término do serviço. Mas o TST passou a mandar as empresas pagarem hora a mais aos trabalhadores referente aos períodos de intervalo. Por causa da decisão, muitas empresas pararam de fazer acordos com os trabalhadores para liberá-los mais cedo por temor que sejam revistos pela Justiça.

Essa situação levou empresas e trabalhadores a recorrerem ao tribunal na busca de uma solução de consenso. Com isso, o assunto será analisado novamente pelo plenário do TST neste semestre. "Acho que o tribunal vai rever essa posição, pois não adianta irmos contra acordos fechados entre as partes", disse um ministro do TST ao Valor. "Em vez de compor, a Justiça acaba por prejudicar os acordos."

Outra mudança no entendimento do tribunal: pela jurisprudência anterior, os ministros concediam estabilidade no emprego aos trabalhadores que possuíam contratos por prazo indeterminado. Mas, de dois

anos para cá, o TST foi além desse entendimento e passou a reconhecer a estabilidade também para funcionários com contratos de experiência. Nessas decisões, os ministros defenderam a tese de que, quando a empresa faz a contratação por prazo de experiência, ela teria de fato uma necessidade permanente, e não temporária, de mão-de-obra.

Baseados nessa suposição das necessidades das empresas, os ministros passaram a considerar que, se o trabalhador com contrato de experiência sofre algum acidente no serviço, ele tem a proteção da lei para ser atendido e receber eventuais indenizações. A alteração na jurisprudência encareceu as contratações, pois o recado que o tribunal deu ao setor privado é o de que os trabalhadores com contratos por prazo fixo serão equiparados às condições de funcionários contratados com estabilidade. Isso levou as empresas a considerar um custo extra na hora de contratar.

As mudanças na jurisprudência do TST começaram a surgir após o presidente Lula consolidar indica-

ções às seções do tribunal. Desde 2003, Lula indicou 15 de um total de 27 ministros. A Seção de Dissídios Coletivos conta hoje com seis ministros titulares, todos indicados por Lula, e a tendência tem sido negar a flexibilização de direitos dos trabalhadores nas negociações. Um dos oito ministros que assumiram em 2007, ano que marcou o início das alterações na corte, argumentou recentemente que a flexibilização tem a tendência a "exacerbar a exclusão social".

Na Seção de Dissídios Individuais I, houve menos renovação, mas a linha adotada na maior parte das decisões tem sido a de privilegiar os trabalhadores. Foi nessa seção que os Correios foram obrigados a fundamentar a demissão de seus empregados, numa inversão da jurisprudência anterior, que determinava que o servidor celetista de empresa pública poderia ser demitido sem justificativa. Também foi nela que o TST decidiu que servidores terceirizados de uma empresa de telefonia tinham direito a vínculo empregatício. São decisões que, agora, podem pesar na hora da contratação.

## Morre Amaral Gurgel, precursor do carro popular

**Memória**

De São Paulo

O empresário João Augusto Amaral Gurgel, que souhou e erigiu uma fábrica de carros 100% brasileira, morreu em São Paulo, na sexta-feira, aos 83 anos. Ele sofria de Alzheimer havia uma década. A Gurgel Motores, que ele fundou nos anos 60, fabricou 40 mil veículos — alguns deles rodando até hoje pelas ruas brasileiras.

Na primeira metade dos anos 90, sempre com a concorrência acirrada das montadoras estrangeiras, a Gurgel acabou enrolada em dívidas e brigou feio com o

sindicato de trabalhadores. Uma fábrica projetada no Ceará não saiu do papel. A falência foi decretada em 1996.

Persistência foi uma das características mais marcantes da vida do empresário. Nascido em Franca (SP), em 1926, formou-se em 1949 como engenheiro mecânico-eletricista pela Escola Politécnica da USP, onde desenhou o protótipo de um carro em vez do projeto original de um guindaste.

Depois de chefiar a área de locomotivas a diesel da Cobrasma, ingressou na General Motors, na qual obteve uma bolsa de estudos nos EUA, formando-se engenheiro automotivo. Lá teve chance de conhecer a fibra de vidro — um plás-

tico reforçado — usado nas carrocerias do Chevrolet Corvette.

De volta ao Brasil, depois de uma passagem pela Ford, fundou a própria empresa, a Moplast, que fornecia luminosos plásticos às grandes empresas. Vendeu-a para juntar dinheiro e abrir a Macan, que fabricou karts de competição e miniveículos. Em 1969, já com a fundação da Gurgel Motores, começou a produzir um bugue utilizando a plataforma de um Fusca, o Ipanema. Dele, derivou o Xavante, o primeiro sucesso comercial da Gurgel. Novos modelos surgiram ao longo dos anos 70, em sua fábrica em Rio Claro (SP), incluindo um carro elétrico.

Nos anos 80, Gurgel achava o Proálcool um desperdício de dinheiro público porque, na sua opinião, subsidiava fazendeiros para produzir combustível, em vez de alimentos, numa época de petróleo barato.

O sonho do empreendedor materializou-se em 1987, no dia 7 de setembro — Dia da Independência — quando lançou o BR-800, o primeiro carro inteiramente nacional. Amaral Gurgel conseguiu convencer o governo a reduzir o IPI do veículo, que montado em fibra de vidro e com motor de 800 cilindradas, rodava 15 quilômetros por litro. A façanha antecipou a era dos carros populares na década de 90.

### Índice de empresas citadas em textos nesta edição

ADVFN <b>D4</b>	Cadbury <b>B3</b>	ESPM-RJ <b>D2</b>	Lehman Brothers <b>C8</b>	Pemex <b>B7</b>	Souza Cruz <b>B3</b>
Alcoa <b>B7, C2</b>	Caixa Econômica Federal <b>C1, C2</b>	Excel <b>D3</b>	Lens & Minarelli <b>D10</b>	Perdigão <b>D4</b>	Standford Group <b>B2</b>
Alpargatas <b>B3</b>	Camargo Corrêa <b>B7</b>	Fator <b>D5</b>	Liberty Trading <b>B8</b>	Pernod Ricard <b>B3</b>	Suez Energy Latin America <b>B7</b>
Alstom <b>B7</b>	Capemisa <b>B3</b>	FEMSA <b>B4</b>	Link Investimentos <b>D2</b>	Petrobras <b>B3, B7, D2</b>	Syntax <b>B3</b>
Alvarion <b>B2</b>	Career Center <b>D10</b>	Ferbasa <b>D5</b>	Link Trade <b>D2</b>	Petrópolis <b>B4</b>	TAM <b>D2</b>
Amazon.com <b>B2</b>	Caterpillar <b>C2</b>	Finantia <b>C8</b>	Maeda Agroindustrial <b>C2</b>	Peugeot <b>B3</b>	Temasek Holdings <b>B2</b>
Ambey <b>B3, B4</b>	Cellesc Geração <b>B7</b>	Fipecafi <b>D3</b>	Mariaca <b>D10</b>	Precision Asset Management <b>D2</b>	Tozzini, Freire <b>D1</b>
Andritz VAtch Hydro <b>B7</b>	Cementos Argos <b>B6</b>	Fontecindam <b>C2</b>	Marka <b>C2</b>	Premium Empreendimento <b>B3</b>	Tractebel Energia <b>B7</b>
Anglo American <b>C2</b>	Cemig <b>B7</b>	Forrester Research <b>B2</b>	MB Associados <b>A10</b>	Previ <b>B7</b>	UBS <b>B6, D3</b>
Antofagasta <b>C2</b>	Chartered Semiconductor <b>B2</b>	Fujiitsu <b>B2</b>	MCM Consultores Associados <b>A10</b>	Procter & Gamble <b>C2</b>	Unibanco <b>A10, D3</b>
Araucuz <b>D2, D4</b>	Chef <b>B7</b>	Gávea Investimentos <b>A10</b>	Mercedes-Benz <b>B6</b>	Qimonda <b>B2</b>	Unilever <b>B3</b>
Arapaz <b>D2</b>	Citigroup <b>C2</b>	GDF Suez <b>B3, B7</b>	Microsoft <b>B1, B2</b>	Quattro <b>B3</b>	UOL <b>B3</b>
Arcelor Mittal <b>B6, D5</b>	Coca-Cola <b>B3</b>	Genentech <b>B6</b>	MMX <b>B6</b>	Rede Globo <b>B3</b>	Vale <b>B6, B7, D2</b>
ARM <b>B6</b>	Concórdia <b>A10</b>	General Motors <b>A10</b>	Modal Asset Management <b>D2</b>	Renautil <b>B3</b>	VBC Energia <b>B7</b>
ArvinMeritor <b>B6</b>	CPFL <b>B7</b>	Google <b>B1</b>	Morgan Stanley <b>C8</b>	Renasas <b>B2</b>	VCP <b>D2, D4</b>
Banco do Brasil <b>C1, C2, C8</b>	Credicard <b>B3</b>	Heineken <b>B4</b>	NEC <b>B2</b>	Rio Bravo Investimentos <b>C2</b>	Visa <b>C1</b>
Banco Espírito Santo <b>C8</b>	Credit Suisse <b>D3</b>	Hitachi <b>B2</b>	Neoenergia <b>B7</b>	Rio Tinto <b>B6</b>	Voith-Siemens <b>B7</b>
Banco Votorantim <b>C8</b>	CRV Lagoa <b>B10</b>	IDC <b>B2</b>	Nestlé <b>D4</b>	Rocha <b>B6</b>	Volvo <b>B6</b>
Best Buy <b>B3</b>	DBM <b>D10</b>	IT Data <b>B2</b>	Nintendo <b>B2</b>	Sabesp <b>B3</b>	Votorantim <b>B7, C1</b>
Bicbancos <b>C2</b>	Dongfang <b>B7</b>	Itaú <b>D3</b>	Nortel <b>B2</b>	Sadia <b>D2, D4</b>	Wal-Mart <b>B3</b>
BNDES <b>A12</b>	eBay <b>B2</b>	Jindal <b>A9</b>	Novartis <b>B2</b>	Safra <b>D2, D4</b>	Wärtsilä <b>B1</b>
Bradesco <b>B3</b>	Ecom Energia <b>B7</b>	Job Economia e Planejamento <b>B10</b>	Nova Caixa <b>B3, C1</b>	Scania <b>B6</b>	Way Investments <b>D2</b>
Brascan <b>B6</b>	Eletrobrás <b>B1</b>	JP Morgan <b>B2, C2</b>	Sirius <b>C1</b>	Schincariol <b>B3, B4</b>	WestLB <b>A10, C8</b>
Braskem <b>B3</b>	Eletrosul <b>B7</b>	L'Oreal <b>B3</b>	Sky <b>B1</b>	Whole Foods <b>B3</b>	Williams-Sonoma <b>B3</b>
Caco de Telha <b>B3</b>	Envirosell <b>B3</b>			Wirex Cable <b>B6</b>	Woodside Energia <b>B6</b>
Entretenimento <b>B3</b>				Xstrata <b>B6, C2</b>	